

*A batalha pelas ‘regras do método histórico’ em Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda: entre o ‘autodidatismo’ e a ‘profissionalização’ do trabalho de pesquisa do historiador**

DIOGO DA SILVA ROIZ**

Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

Resumo: Procuraremos refletir neste artigo a batalha pelas “regras do método histórico”, que circunstanciou tanto a produção quanto a compreensão que AEJ e SBH faziam do ofício de historiador e da escrita da história em meados dos anos 1940 e 1950, quando efetivamente começava a se dar o início de uma transição do “autodidatismo” para a “profissionalização” do trabalho de pesquisa do historiador no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; Alfredo Ellis Jr.; Sérgio Buarque de Holanda.

Abstract: We reflect in this article the battle by “rules of the historical method”, that circumstance both the production and the understanding that AEJ and SBH did historian and craft of writing of history in the middle of the years 1940 and 1950, when effectively began to give the beginning of a transition from the “self-learning” to the “professionalization” of the historian's research work in Brazil.

* Artigo submetido para avaliação em 17 de junho de 2013 e aprovado para publicação em 29 de agosto de 2013. Versão resumida e revista do quinto capítulo de nossa tese: *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”*: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959), defendida na UFPR, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Helenice Rodrigues da Silva, e contou com o apoio do CNPq.

** Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e professor adjunto na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Keywords: Brazilian historiography; Alfredo Ellis Jr.; Sérgio Buarque de Holanda.

Até o início dos anos 1930 os historiadores brasileiros vinham, em sua grande maioria, sendo formados em outras áreas do conhecimento. Os cursos universitários de Geografia e História só começaram a serem criados naquela década no Brasil, com a fundação das primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013). Antes dos anos 1930 tínhamos mais “historiadores por vocação”, isto é, “pessoas, [que] apesar de sua formação profissional ter sido feita em outra área do conhecimento, dedicavam-se à história”, conforme definiria Raquel Glezer (1976, p. 234). A organização de grupos de especialistas aptos a exercerem o ofício de historiador no Brasil, tornou-se profícua, desse modo, com a criação dos primeiros cursos de Geografia e História. E que inicialmente estiveram estruturados com vistas a formar mais professores para suprirem as necessidades do ensino “secundário”, em todos os estados do país, do que em definir o perfil de um novo profissional, o “historiador”, e que começaria, aliás, a ser analisada tal condição, apenas a partir dos anos 1940 e 1950 (GLEZER, 2011; ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013).

Antes da década de 1930 a formação de profissionais em nível superior no Brasil estava limitada às áreas de Medicina, Direito e Engenharia (COELHO, 1999; MOTA, 2006). Foi com a Reforma do Ensino de 1931, efetuada pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos (1891-1968), que houve as primeiras tentativas de formação de pessoal qualificado para suprir as necessidades do ensino “primário” e “secundário” no país. Ao mesmo tempo em que se começava a discutir o aparecimento da figura do “filósofo”, do “cientista social”, do “geógrafo” e do “historiador” profissional na sociedade, muito embora o processo de profissionalização do ofício de historiador (bem como o de outras áreas, criadas naquele período) no país não fosse concomitante ao da criação do(s) (respectivos) curso(s).

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, esteve articulada a um conjunto de iniciativas (de letrados vinculados ao movimento da

“Escola Nova” e de empresários liberais, em geral, proprietários de jornais e revistas de circulação nacional), e foi uma das pioneiras, neste projeto político, institucional, cultural e intelectual (MASSI, 1991; ROIZ, 2012).

Até a criação dos primeiros cursos de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, o exercício do ofício de historiador foi praticado no Brasil, por aqueles que se dedicavam ao estudo do passado e escreviam textos que, reconhecidas suas especificidades, poderiam ser entendidos como de História (DIAS, 1974; JANOTTI, 1977; GUIMARÃES, 1988; FERREIRA, 2002; ANHEZINI, 2011). Esses textos, em muitos casos, não tinham propósitos acadêmicos, com o objetivo de obtenção de títulos e o exercício de uma prática “científica” (LAPA, 1981, 1985; DIEHL, 1998). Não foi por acaso, portanto, que a maior parte de seus autores tivesse sido composta por biógrafos, memorialistas e profissionais inicialmente formados nas áreas de Letras, Direito, Sociologia, Engenharia e Medicina, que se dedicaram ao estudo do passado mais como “cultores do ofício”, como “historiadores por vocação”, do que como historiadores profissionais (GLEZER, 1976; GOMES, 1996, 2009).

Assim, se os estudos históricos brasileiros acompanharam, no século XIX, as preocupações da produção histórica internacional, o aparecimento e a institucionalização do ensino universitário neste campo do saber foi tardio, proliferando-se apenas a partir da década de 1930, com a criação dos primeiros cursos de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, do mesmo modo que as progressivas tentativas de profissionalização do ofício de historiador no país foi igualmente lenta (GUIMARÃES, 1988; FERREIRA, 2002; ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013). Ao mesmo tempo, a crítica do movimento dos *Annales* sobre a historiografia Oitocentista só começou a chegar ao Brasil, no momento em que estavam se formando os primeiros cursos universitários de Geografia e História em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (D’ALÉSSIO, 1994; FRANZINI, 2010; ROIZ, SANTOS, 2012).

Nesse sentido, o processo de institucionalização do ensino universitário de Geografia e História teria sido iniciado num período de mudanças nos estudos históricos internacionais, quando se renovavam

procedimentos de pesquisa, análises de fontes e objetos, e tais procedimentos começavam a ser discutidos e apropriados no Brasil (D'ALÉSSIO, 1994, 2011; ROIZ, SANTOS, 2012).

As obras e as trajetórias de Alfredo Ellis Jr. (AEJ) e Sérgio Buarque de Holanda (SBH) são extremamente representativas para a compreensão desse contexto, tanto quanto para o aprofundamento de suas peculiaridades, porque ambos vieram de uma tradição “autodidata”, sendo “historiadores por vocação” – apesar de AEJ ter feito essa passagem mais por “indução” do que por “vocação”, isto é, mais motivado pelas circunstâncias de seu contexto, que provocou profundas mudanças na estrutura socioeconômica de sua família e dos grupos a que estava ligado, do que em função de predisposições e motivações estritamente pessoais.

No entanto, em meio às práticas de pesquisa que foram desenvolvendo ao longo dos anos 1930 até meados dos anos 1950, período no qual também atuaram em Faculdades de Filosofia e na formação de historiadores profissionais e de professores de história, os colocariam igualmente num “conflito que [...] não opunha gerações entendidas no sentido de classe de idade, mas *gerações universitárias*, isto é, agentes que, mesmo sendo da mesma idade, foram produzidos por dois modos de geração universitárias diferentes” (BOURDIEU, 2011, p. 192, grifo no original), conforme definiria Bourdieu, em seu *Homo academicus*. Assim, além de serem agentes fundamentais para acompanharmos como se deu o começo da transição do “autodidatismo” para a “profissionalização” do trabalho de pesquisa do historiador no Brasil, eles mesmos igualmente fizeram suas escolhas nesse processo.

Entender, portanto, em que medida a historiografia oitocentista balizou a interpretação da história de AEJ, e como a converteu em suas práticas de pesquisa e em sua docência é importante não somente para compreender porque foi crítico em relação às “inovações” trazidas pelas relações entre História e Ciências Sociais, e aos avanços consignados pelo movimento dos *Annales*, nas primeiras décadas do século passado, mas também no modo que viria a interpretar as categorias: passado, presente e futuro.

Da mesma forma, entender como SBH, ainda que a princípio se debruçasse sobre o historicismo alemão, entre o final dos anos 1920 e meados dos anos 1930, não se fixaria somente nele para interpretar o passado, nem tampouco daria exclusividade a outros movimentos e/ou autores, apesar de não deixar de conhecer seus principais desdobramentos na Alemanha e na França, particularmente, e tomar para si o que fosse adequado de cada um, para construir sua(s) leitura(s) do passado brasileiro.

Em resumo, enquanto AEJ parecia ter procurado mesclar os procedimentos da “escola metódica” francesa, tendo como base a obra de Fustel de Coulanges, e aliando-as com a “história econômica” e a “história dos costumes” que eram então praticadas no Brasil, especialmente atento as obras de Roberto Simonsen e de Afonso de Taunay (ROIZ, 2013). SBH o fazia com base no “historicismo alemão” (DIAS, 1985), no movimento dos *Annales* (HOLANDA, 2004, 2011a), na história sobre as fronteiras norteamericana (WEGNER, 2000) e na crítica literária modernista (GALVÃO, 2001; NICODEMO, 2011).

Nesse sentido, pretendemos discutir nesse texto como Ellis Jr. e Buarque de Holanda entenderam e usaram as “regras do método histórico”, especialmente na avaliação de outros trabalhos de pesquisa. Mais precisamente, no modo como justificavam suas escolhas para demonstrar quais *os caminhos que percorreriam para efetuar suas pesquisas*, escreverem suas histórias e se debruçarem e inquirirem o próprio modo com que era definida a história e sua escrita, nos anos 1930 e 1940.

Se entendermos, portanto, que as “regras do método histórico” são o conjunto de pressupostos que balizam as escolhas investigativas e os instrumentos teórico-metodológicos que mediam os procedimentos de pesquisa do historiador (RÜSEN, 2001), nada mais adequado do que pensar como dois “historiadores por vocação” exerceram suas “práticas” (CERTEAU, 2002) e fizeram suas escolhas, num período de transições, como a do “autodidatismo” para a “profissionalização” do trabalho de pesquisa do historiador no Brasil.

Como AEJ e SBH construíram os fundamentos de suas escritas da história? De que maneira eles compuseram as “regras do método histórico”,

e que viria a balizar suas pesquisas e suas docências? Em que medida essas regras apareciam em suas obras e de que maneira foram usadas para mediar à fundamentação do ofício de historiador, quando se dedicaram a tal questão como professores universitários? Como aplicavam esses princípios ao avaliarem outros trabalhos de pesquisa?

Neste artigo, pretendemos explorar essas questões, primeiro, procurando sintetizar como cada um deles formulou as “regras do método histórico”, entre os anos 1930 e 1940, e como elas davam subsídios para fundamentarem a escrita de suas histórias. Em seguida, buscaremos analisar como eles aplicavam esses princípios para avaliarem outros trabalhos. Para alcançarmos esses objetivos estaremos utilizando tanto às correspondências passivas e ativas de ambos, como os textos que elaboraram durante os anos 1930 e 1940. Além disso, também faremos uso dos relatórios da cadeira de *História da Civilização Brasileira* do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), da qual AEJ era então seu catedrático. Assim como dos relatórios e atas das bancas de doutoramentos, livre-docência e/ou de cátedra, em que eles participaram entre meados dos anos 1940 e 1950. Durante esse período foram defendidas 21 teses de cátedra (entre 1939 e 1952), 12 de livre-docência (entre 1940 e 1952) e 84 doutorados (entre 1942 e 1952), na FFCL/USP, das quais AEJ participou de 2 livres-docências e 17 doutoramentos, e SBH de 2 teses de cátedra e 1 de livre-docência¹.

Muito embora essas fontes sejam riquíssimas, deve-se alertar, de imediato, que apenas sintetizavam as arguições dos avaliadores da banca e as respostas proferidas pelos candidatos aos títulos (e/ou cargos) pretendidos. Isso porque, além de serem o relato sucinto de um secretário que acompanhava a seção, em muitos casos, certos detalhes não eram anotados, outros eram omitidos. Há situações em que a própria documentação se perdeu, ou foi extraviada no processo de arquivamento da instituição. Além

¹ Esses dados foram levantados e podem ser coligidos nos *Anuários* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, relativos ao período de 1939-1949, 1950, 1951 e 1952.

disso, até 1949 há mais as indicações dos trabalhos defendidos, sem os respectivos resumos e transcrições das arguições e respostas. E mesmo depois desse período os dados não são muito consistentes. Entre outras coisas, por que as sínteses oferecidas pelos secretários por mais bem feitas que fossem não nos revelam a maioria dos comentários e críticas dos avaliadores, e mesmo o que nos é revelado deve ser visto, por meio do filtro que nos é interposto pelo mediador. Por isso mesmo, nosso trabalho aqui também será o de cotejar mais o indício, o fragmentário, e não o detalhe sistemático e minucioso (GINZBURG, 2007).

Assim, é com base nessas questões que devemos passar a analisar as escolhas e o modo que AEJ e SBH procuraram praticar as “regras do método histórico”, entre os anos 1930 e meados dos anos 1950, quando estiveram na cadeira de *História da Civilização Brasileira* do curso de Geografia e História da FFCL/USP e participaram de bancas de doutoramento, livre-docência e de cátedra na instituição.

As “regras do método” em Alfredo Ellis Jr.

Acabo de receber a carta de 8. Infelizmente, o caso de D. Dinah Spadão não pode ser resolvido a contento dela. Ela não foi bem, ela não foi aprovada. Tive a impressão dela, contrária a que V. manifesta em sua carta. Achei que a D. Dinah não liga muito ao ensino. É displicente. Ela faz parte do curso de férias e foi muito pouco assídua. Por êsse motivo ela não pegou o nosso sistema. Ela revelou a mais completa ausência de espírito crítico, pois fez uma dissertação sôbre a “*Reforma religiosa*” na qual esqueceu as causas e não mencionou as consequências. Repetiu essa enorme cincada quando deu uma aula sobre “*Maioridade*”. Espero, porém que D. Dinah adquira o que não revelou nesse exame, de modo que em 1949, no concurso que vamos ter, ela conquiste uma boa

classificação. Quanto ao mais, nada mais fiz que justiça. Gratíssimo pelo que V. me disse.²

Essa é uma das poucas missivas que conseguimos ter acesso de AEJ, escrita em abril de 1948, onde esboça de maneira cristalina o seu modo de avaliar o aprendizado dos alunos. Não somente isso, ele nos indicava como colocava em prática as “regras do método histórico” que foi desenvolvendo desde os anos 1930, como catedrático da cadeira de *História da Civilização Brasileira* no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP).³ E é tendo em vista essas questões que devemos pensar a sua escrita da história, e o modo como avaliava este tipo de produção.

Em sua escrita da história, ele tentava mostrar que primava pela “verdade”, pela “objetividade” e pela “imparcialidade”, com vistas à elaboração de um *discurso científico*, em cuja tarefa se detinha desde os anos 1920, quando começou a se dedicar com maior afinco ao ofício de historiador. E não que o historiador, para ele, não pudesse tomar partido em suas análises das sociedades do passado, em função das transformações manifestadas em seu presente histórico, mas sim que a “imparcialidade” era um dos caminhos para se alcançar a “objetividade”, dando um “caráter científico” a “narrativa histórica” (ELLIS JR., 1936a, 1937, 1948, 1950).

Desse modo, tanto em suas obras históricas, quanto em seus romances históricos, “objetividade” e “subjetividade” se mesclavam num discurso que tomava partido nas questões relativas à história de São Paulo e

² *Carta de Alfredo Ellis Jr. a Malaman, de 16 de abril de 1948.* Inventário: Alfredo Ellis Jr. Cartas de 1 a 11. Caixa: 09; Envelope: 46. Pasta: 33. CAPH/USP.

³ Naquele momento, AEJ já era correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde 1926, e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), além de ser membro da Academia Paulista de Letras (APL). Vinha revisando sua produção histórica, tarefa que fazia desde os anos 1930, com relação a sua produção dos anos 1920, e que se intensificaria a partir de 1938, quando ingressou no curso de Geografia e História da FFCL/USP. Assim, ao lado de uma produção já significativa, que era o resultado de uma reavaliação de suas concepções e interpretações do passado paulista, ainda tinha lugar a produção de romances e de livros didáticos de *História*, da 3ª a 5ª série, e de *Geografia*, da 1ª a 5ª série do ensino secundário, produzidos em meados dos anos 1930.

do Brasil, como também pode ser facilmente aferido em: *A nossa guerra* (1933) e em *Confederação ou separação* (1934a), ambas escritas em 1932, e cujo conteúdo tinha mais um aspecto “panfletário”, do que uma análise histórica, até em função dos próprios efeitos de 1932 – da tentativa de “Revolução Constitucionalista” de São Paulo –, e, aos quais, o autor havia sentido diretamente, por ter participado como soldado das frentes paulistas.

Não só nestas obras podemos visualizar essas questões, em *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano* (de 1936), que foi a revisão e a reescritura de *Raça de gigantes* (de 1926), como em *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1934b) – cuja segunda edição foi publicada em 1934, a primeira era de 1924 – é possível perceber a mesma tentativa de construção de um discurso histórico, com “caráter científico”, mediante o cruzamento de análises “objetivas” e “subjetivas”, nas quais seu autor tentava demonstrar a peculiaridade da miscigenação que se deu em São Paulo, em comparação com a que ocorreu no resto do país. Saliente-se que durante o período em que estava prestes a publicar esse texto, em 23 de novembro de 1923, AEJ encaminha uma carta para Afonso de Taunay, onde lhe agradece seus préstimos e seu apoio e lhe informa sobre o andamento da obra.⁴

Mesmo em seus romances: *Pedras lascadas* (de 1928), *O tigre ruivo* (de 1934), *A madrugada paulista* (do mesmo ano), e *Jaraguá* (de 1936), ao procurar descrever a “epopeia bandeirante” (FERREIRA, 2002), AEJ tangencia entre o “acontecido” e o “imaginado”, entre o “objetivo” e o “subjetivo”. De modo que em sua obra ele procurou testar possibilidades, exercitando sua escrita e suas hipóteses nos mais variados gêneros, para cotejar o modo mais adequado de (tentar) contar a história paulista. E nesse exercício visava cumprir, como os antepassados, a função de “novo bandeirante” nas terras de São Paulo (ABUD, 1985, FERREIRA, 2002).

Nesse processo, o essencial para alcançar essas metas na escrita da (sua) narrativa dos “fatos” e os “acontecimentos” pioneiros na história de

⁴ *Carta de Alfredo Ellis Júnior a Afonso de Taunay, São Paulo, 23 de novembro de 1923.* Arquivo Permanente Museu Paulista/Fundo Museu Paulista (APMP/FMP), 1ª entrada, pasta 120. Agradeço a gentileza de Karina Anhezini (da UNESP/Assis) por ter me cedido as missivas trocadas entre AEJ e Afonso de Taunay.

São Paulo, era preciso demonstrar as “causas” e as “consequências” do desenrolar dos acontecimentos, procurando investigar o “meio” e prognosticando qual o tipo de “raça” que este propiciou. Não por outra razão, tentou, especialmente, ao longo dos anos 1930 demonstrar a peculiaridade do povo de São Paulo, cuja origem “mameluca”, isto é, de cruzamento entre o índio da terra e o português, é uma das explicações fornecidas pelo autor para justificar o tipo de pioneirismo e empreendedorismo, que foi se desenvolvendo no paulista, a partir do Seiscentos (ELLIS JR. 1934b, 1936a, 1937).

Com base nessas premissas, que ele se preocupou em definir a História como “uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para esse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano” (1946, p. 6). Entre outras razões, porque, para ele, é “certo que os acontecimentos históricos têm todos, mais ou menos, consequências” (1946, p. 7). E, nesse caso, as consequências econômicas eram as que manifestavam as transformações imediatas na sociedade (ELLIS JR., 1939, 1946b, 1948, 1951). Por isso, suas causas deviam ser estudadas com todo cuidado, para se descortinar o maior número possível de detalhes, a serem fornecidos numa narrativa minuciosa dos “fatos”.

Quanto aos *atos*, acreditava que não eram todos que deviam receber a atenção do historiador. Para ele, os mais importantes são aqueles que produzem grande número de *consequências*, devendo, por isso, ser mais “esmerilhados” do que os *causadores* de menor efeito. Além disso, a História não poderia ficar presa à cronologia, mesmo sendo ela uma parte importante dos estudos históricos, e que se formaria da união de vários departamentos do saber humano, disciplinados pelo espírito crítico, mobilizados pelo raciocínio, pelo bom senso e pela imaginação. Muito embora fossem esses aspectos indispensáveis para o diagnóstico das *causas*, para interligação das *consequências* e a sincronização das *repercussões*, que se encadeavam com os *atos principais* (ELLIS JR., 1950, 1951, 1959), o historiador não poderia perder de vista a relação crucial entre “causas” e “consequências”, especialmente, as que produziam alterações na economia, cujos desdobramentos, não por acaso, também afetavam as decisões políticas num dado período histórico.

Em vista disso, *causas, conseqüências e repercussão* eram, para ele, o tripé que daria subsídios seguros ao historiador. Segundo ele: “Só assim podem ser erguidas as reconstituições do passado com suas causas, bem diagnosticadas, e com suas conseqüências, bem interligadas, com suas repercussões bem sincronizadas e encadeadas com os fatos principais, que devem ser analisados” (ELLIS JR., 1959, p. 41).

Mas, para que os *fatos*, tanto quanto suas *causas e conseqüências*, fossem adequadamente investigados era necessário identificar “primeiro, o fator *homem*, [que] seria o concernente à raça do mesmo, ao complexo hereditário, à sua educação, à sua eficiência, à sua inteligência, à sua fortaleza física ou fisiológica,⁵ enfim, o conjunto de circunstâncias que definem o componente de um grupo humano qualquer” (ELLIS JR., 1939, p. 8), como destacou em sua tese de cátedra *Meio século de bandeirismo*, defendida em meados de 1939. Em seguida, devia-se identificar “o fator *ambiente mesológico*, [que] seria o concernente aos conjuntos que cercam o indivíduo, quer os de ordem geográfica, quer ainda os de ordem sociológica” (ELLIS JR., 1939, p. 10, grifos no original).

Por essa razão, conhecer “um facto não é apenas saber da sua realização mais ou menos minuciosamente”, porque “se faz mister serem as suas causas bem esmerilhadas e esclarecidas, assim como as suas conseqüências bem vislumbradas e prophetisadas” (ELLIS JR., 1937, p. 7), tal como ressaltou em *A evolução da economia paulista e suas causas*. Caso contrário, nada “disso aproveita ao estudioso do passado e ainda menos ainda ao estadista contemporâneo, que queira buscar na experiência do passado elementos para a solução de problemas do presente” (ELLIS JR., 1937, p. 30).

Nesse sentido, a importância do pai, Alfredo Ellis, o encontro com Afonso de Taunay (1876-1958) no Colégio São Bento, quando este foi seu professor, marcando-o profundamente e desde então consolidando uma

⁵ Na segunda edição de *Meio século de bandeirismo (1590-1640)*, mas a primeira se considerarmos sua publicação pela coleção Brasiliana, da Editora Companhia Nacional, o autor acrescentaria após “fisiológica”, “à sua etnia” (ELLIS JR., 1948b, p. 11). E no lugar de “fortaleza”, o autor utilizaria “formação”.

amizade por toda vida, constituíram-se em suas “inspirações” para a carreira política, tanto quanto para o ofício de historiador e para as suas escolhas teóricas, ao explicar a formação da “raça (paulista) de gigantes”.⁶

E que seriam complementados com o estudo sistemático das obras “monumentais” de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), com sua *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (em 3 volumes), e a de Luís Gonzaga da Silva Leme (1852-1919), no seu *Genealogia paulistana*. Essas obras serviam para o pesquisador poder cotejar melhor as fontes documentais quinhentistas e seiscentistas, pois, os dois genealogistas, ao consagrarem suas obras ao estudo das famílias que formaram as terras paulistas do planalto, forneceram vários subsídios para que o pesquisador pudesse vir complementar esse trabalho pioneiro com novas pesquisas. Curiosamente, AEJ não menciona com regularidade a obra de Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), cuja amizade com seu primo Pais Leme, segundo informa Afonso de Taunay, em suas *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*, teria-lhe sido fundamental para poder escrever sua *Nobiliarquia paulistana*. Mesmo considerando suas justificativas, de que não tinha nenhuma richa com relação à obra dos jesuítas (ELLIS JR., 1934b, 1934c, 1936a, 1937), é muito provável que em função da interpretação que estes fizeram dos bandeirantes, justificassem suas restrições as suas obras, inclusive, a de Frei Gaspar – mas que nos anos 1940 e 1950, AEJ foi progressivamente

⁶ Quanto à leitura que AEJ fez da obra de Oliveira Vianna (1883-1951), iniciada depois que concluiu o curso de Direito, em meados dos anos 1920, vendo-a de forma muito positiva até meados dos anos 1930 (quando então passa a criticá-la mais acentuadamente, em função da posição deste autor perante o *Estado Novo* varguista), tendo em vista suas fragilidades no trato das fontes empíricas e em suas generalizações. Como indica Giselle Martins Venâncio (2006, p. 87-108), na extensa biblioteca de Oliveira Vianna, que chegou a agrupar 4.161 exemplares de 3.949 títulos distintos, onde se destacavam obras de Ciências Sociais (com 35 %) e Jurídicas (com 21% do total), também apareceriam 451 títulos em História do Brasil e Literatura de Viajantes, perfazendo 11,4% do total. Nessa categoria, se apresentariam obras de Max Fleiuss, Felisberto Freire, Afonso Celso, José Maria Bello, Alfredo Ellis Jr., Pedro Calmon, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Nesse grupo, haveria maior representatividade da obra de Alfredo Ellis Jr., com um total de 12 títulos, a maioria deles enviados pelo próprio autor. O que, para ela, corresponderia a uma ampla relação de trocas, correspondências e comentários recíprocos. Por outro lado, veremos igualmente no próximo capítulo como AEJ tratou a obra de Gilberto Freyre (1900-1987) e de SBH.

relativizando suas restrições a obra deste autor, devido, particularmente, a presença marcante de Taunay, na composição de suas ideias e no planejamento de suas pesquisas (ROIZ, 2013). Para John Monteiro (1994, p. 79-80):

Ao contrário de seu mestre Afonso d'Escragnolle Taunay, cuja vastíssima obra constituía uma desordenada crônica dos fatos, eventos e personagens pitorescos, Ellis Jr. ambientou o bandeirante, e sobretudo a mestiçagem, num contexto cientificista tão emaranhado quanto a densa mata penetrada pelos mesmos sertanistas. Lançando mão de uma verdadeira floresta de pressupostos evolucionistas, no que pesavam as teorias abraçando o papel determinista da raça e do meio físico, Ellis esforçou-se para mostrar as bases científicas e históricas da especificidade do caráter paulista, que fundamentavam seu papel de liderança econômica na República e justificavam seus anseios autonomistas.

Ainda que em sua obra não aparecesse constantemente o exercício de uma história como *mestra da vida* e fornecedora de exemplos do passado para a orientação dos indivíduos no seu presente histórico, esta também será encontrada em algumas passagens de seus textos, na medida em que procurou demonstrar a importância da história do bandeirante para a consolidação da lavoura cafeeira no século XIX, e que esse exemplo era vital para que os paulistas do século XX, além de conhecerem corretamente a sua história (ELLIS JR., 1933, 1937), vissem nela uma inspiração para que o povo e o estado de São Paulo conseguissem sair da crise política e econômica, que o estado se encontrava naqueles anos iniciais da década de 1930, e recuperasse sua autonomia diante da nação (ELLIS JR., 1934a). Ao longo dos anos 1940, não é de se estranhar, que tal projeto viesse a se completar com uma leitura histórica do papel exercido por seus ancestrais diretos, como o

pai e o avô, para justificar, aliás, sua própria ação como um “novo bandeirante” de seu tempo.⁷

Foi justamente com essas ideias em mente que AEJ começou a ministrar suas aulas nas disciplinas que passou a oferecer, a partir de 1938, na cadeira de *História da Civilização Brasileira* do curso de Geografia e História da FFCL/USP.⁸ = Mas, como indicaria John Monteiro (1994, p. 82):

Percebe-se, contudo, nesta fase de sistematização didática, aliás orientada para o programa de estudos de História da Civilização Brasileira na FFCL, uma maior elaboração daquilo que seria uma teoria da história de São Paulo. Ellis aprofundava manifestações anteriores sobre a impossibilidade de se escrever uma história do Brasil, a não ser através de um ângulo regional, perspectiva essa que ganhou muitos adeptos em São Paulo: basta lembrar que o lema do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo resumia-se em “a história de São Paulo é a história do Brasil”. O próprio Ellis, reagindo à acusação de ser “regionalista em exagero”, já havia sentenciado: “É porque não acho que há história do Brasil, como um conjunto homogêneo”.

De fato, a partir da década de [19]40, sua esquematização da história de São Paulo introduziu um novo quadro de referência [em parte, resumido acima], que redundou em não poucas incoerências e contradições.

Com isso, John Monteiro (1994) sintetizava a concepção historiográfica de AEJ em três pressupostos fundamentais: 1 – “o isolamento do planalto durante todo seu período formativo”; 2 – “o caráter específico da

⁷ E justamente por estar imerso nesse contexto cientificista de produção, que de forma semelhante apareceria, em seus textos, a obra de Fustel de Coulanges, ao contrário da de Leopold von Ranke, em função da maneira com a qual o primeiro buscou analisar a cidade-estado Greco-romana, e concebia a escrita da história, como o produto de um trabalho “científico” efetuado pelo historiador, e que para AEJ foi fundamental, ao buscar escrever a história de São Paulo, nos anos 1920 e 1930.

⁸ E que podem ser aferidas por meio do exame de seus relatórios para a cadeira contidos nos *Anuários*.

mestiçagem luso-indígena (e a correspondente ausência do negro africano)”; 3 – “e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista” (Idem, p. 83). Nesse sentido, procuraremos analisar na continuidade deste item como ele tentou colocar em prática o programa de pesquisa e as “regras do método” que foi compondo entre os anos 1930 e 1940, no ensino e na pesquisa praticados na cadeira. Assim como nos processos de avaliação de candidatos nas bancas que participou no período. Evidentemente, a sistematização das “regras do método” que AEJ procedeu durante o período em que regeu a cadeira foram diretamente “inspiradas” na maneira pela qual Afonso de Taunay havia inquirido a historiografia oitocentista, de modo a fazer um uso híbrido e original de seus procedimentos, ao se apoiar igualmente numa “história dos costumes” para escrever uma história dos bandeirantes e do café. O que, aliás, conforme indicou Karina Anhezini (2011), o teria tornado “um metódico à brasileira”. Rastro, que com as suas devidas especificidades, teria sido também seguido por AEJ.

O trabalho que desempenhou na cadeira, coincidentemente foi favorecido pelos investimentos e acréscimo de materiais, chegando aos anos de 1950 com 396 livros devidamente catalogados, além da assinatura de revistas e da aquisição de fontes impressas e a reprodução de manuscritas (*Anuário da FFCL*,1952, p. 218-220). Ao mesmo tempo, o catedrático e seus assistentes procuravam elaborar seminários versando sobre: os descobrimentos portugueses; a vinda da família real; os meios de transporte nas e para as Minas Gerais; a política econômica de D. João VI; a guerra dos Emboabas; a Inconfidência Mineira; etc. (*Anuário da FFCL*,1953, p. 226-227). Além disso, ofereciam-se cursos especializados e regulares para os alunos do segundo e do terceiro ano, e opcionais para os do quarto e quinto ano do curso de Geografia e História (*Anuário da FFCL*,1954, p. 237-239). E, durante a execução dessas atividades, o professor terminou em 1952 “uma obra sobre a História de São Paulo, em 7 volumes, desde os primórdios da colonização até o século XIX” (*Anuário da FFCL*,1954, p. 239). Isso era uma forma de não deixar passar despercebido o quarto centenário da cidade de

São Paulo, capital do Estado, a ser comemorado em 1954⁹ – e, nessas circunstâncias, verificamos um pouco dos laços de continuidade, mais que de rupturas, entre Afonso de Taunay e AEJ no andamento das atividades da cadeira.

Como já havíamos adiantado, durante os anos 1930 até meados dos anos 1950 foram defendidas 21 teses de cátedra, 12 de livre-docência e 84 doutorados, e das quais AEJ participou de 2 livres-docências e 17 doutoramentos, enquanto SBH de duas teses de cátedra e uma de livre-docência¹⁰ – como veremos no próximo item. Para tentar refletir melhor sua participação durante esses processos de avaliação dos candidatos é que procuramos compor o quadro abaixo, no qual nossa meta foi indicar quais as áreas das teses a que AEJ participou durante este período; sua ligação com os orientadores e com os candidatos e as candidatas; e, enfim, seus comentários e críticas aos trabalhos.

Com base no quadro abaixo, temos que AEJ participou de 8 teses da área de História, 4 de Geografia e 1 de Etnografia, que representavam os três campos especializados do curso de *Geografia e História* da FFCL/USP (Roiz, 2012), e 2 de Economia, 1 em Sociologia e 1 em Literatura, que compunham os campos especializados de *Ciências Sociais* e de *Letras*, totalizando 17 bancas, das quais duas foi presidente (por ser orientador dos trabalhos).

Quadro 1: Distribuição de teses de doutorado de acordo com o(a) candidato(a), título, ano, área e orientador

<i>Candidato(a)</i>	<i>Título</i>	<i>Ano</i>	<i>Área</i>	<i>Orientador</i>
Eurípides Paula	S. <i>O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev</i>	1942	História	Jean Gajé
Alice Canabrava	<i>O comércio português no Rio da Prata de 1580 a 1640</i>	1942	História	Jean Gajé
Astrogildo R. de	<i>As encomiendas e a política colonial de</i>	1942	História	Jean Gajé

⁹ Curiosamente em 1960, quando foi publicada sua biografia, de o *Tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno*, aquela obra ainda era anunciada no prelo.

¹⁰ Esses dados foram levantados e podem ser coligidos nos *Annários* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, relativos ao período de 1939-1949, 1950, 1951 e 1952.

Mello	<i>Espanha</i>				
José Quirino Ribeiro	<i>A memória de Martim Francisco...</i>	1943	História	Alfredo Ellis Jr.	
Olga Pantaleão	<i>A penetração comercial da Inglaterra na América ...</i>	1944	História	Jean Gajé	
Maria C. V. de Carvalho	<i>Santos e a geografia humana do litoral paulista</i>	1944	Geografia	Pierre Monbeig	
Dorival Teixeira Vieira	<i>Evolução do sistema monetário brasileiro</i>	1945	Economia	Paul Hugon	
Pedro Moacyr Campos	<i>Alguns aspectos da Germânia antiga...</i>	1945	História	Eurípides S. Paula	
Eduardo d'O. França	<i>O poder real em Portugal e as origens do absolutismo</i>	1945	História	Eurípides S. Paula	
Carlos Drummond	<i>Da partícula bab.a do tupi-guarani</i>	1946	Etnografia	Plínio Ayrosa	
João Dias da Silveira	<i>Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais...</i>	1946	Geografia	Pierre Monbeig	
Renato da S. Mendes	<i>Paisagens culturais da Baixada Fluminense</i>	1948	Geografia	Pierre Gourou	
José Ribeiro de A. Filho	<i>A baixada do rio Itanbaém</i>	1950	Geografia	Aroldo de Azevedo	
Gilda de Mello e Souza	<i>A moda no século XIX</i>	1950	Sociologia	Roger Bastide	
José Aderaldo Castello	<i>A introdução do romantismo no Brasil</i>	1950	Literatura	Mário de S. Lima	
Mafalda Zamella	<i>O abastecimento da Capitania de Minas Gerais...</i>	1951	História	Alfredo Ellis Jr.	
Hélio S. Silva	<i>O comércio exterior do Brasil (1822-1918)</i>	1951	Economia	Paul Hugon	

Fonte: *Annúrios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1939-1949, 1950, 1951, 1952.*

A sua participação nos 4 trabalhos orientados por Jean Gajé, no período em que esteve na cadeira de *História da Civilização Moderna e Contemporânea*, de 2 orientados por Eurípides Simões de Paula, quando este ainda era assistente da cadeira de *História da Civilização Antiga e Medieval* (foi catedrático a partir de 1946), de 2 trabalhos orientados por Pierre Monbeig, da cadeira de *Geografia Humana*, e por 1 orientado por Plínio Ayrosa, da cadeira de *Etnografia Brasileira e noções de Tupi-guarani*, todas do curso de *Geografia e História*, mostram a representatividade de AEJ no curso, ao qual se tornou catedrático da cadeira de *História da Civilização Brasileira*, em 1939, apenas depois de Ayrosa (que se tornou catedrático dias antes, seu concurso

ocorreu entre os dias 23 e 27 de março e o de AEJ entre 24 e 29 do mesmo mês).¹¹

Por outro lado, esses dados também nos indicam que suas relações não se limitavam apenas ao curso de *Geografia e História*, mas se espalhavam ainda pelo de *Ciências Sociais* e no de *Letras*. E que, evidentemente, não era simplesmente pelo reflexo do período em que havia sido diretor da FFCL/USP, nos anos iniciais da década de 1940 (*Anuário da FFCL, 1939-1949*, 1953, 2v.), mas representava muito mais os intercâmbios mantidos entre os docentes, em função de ministrarem disciplinas em comum entre os cursos, direcionarem os alunos durante o período em que desenvolviam seus trabalhos, e firmarem parcerias com convites para suas respectivas bancas. Foi o caso de AEJ, que convidou tanto Astrogildo Rodrigues de Mello, quanto Eurípides Simões de Paula (que haviam sido orientados por Jean Gajé em seus doutorados), para as suas bancas, depois de participar da banca de avaliação de seus respectivos trabalhos de doutorado.

Muito mais sutil, como já adiantamos, é tentar perceber como AEJ corrigia os trabalhos, apresentava seus comentários e dirigia suas críticas. Com base nos indícios que temos, nota-se: a) o mesmo cuidado em inquirir as “causas” e as “consequências”, a que chama a atenção dos(as) candidatos(as); b) sua preocupação em identificar as fontes que foram trabalhadas e de que maneira se procedeu a “crítica interna” e “externa”, para que fosse construída a interpretação; c) de que modo se cuidou da “objetividade”, da “imparcialidade” e da “verdade”, para que fosse elaborada uma narrativa histórica, com caráter “científico”; d) e, por meio de quais recursos, procedia-se o recorte do objeto, a definição da cronologia da pesquisa e a construção do *corpus* documental para a análise.

Veja-se, por exemplo, como José Quirino Ribeiro, que se formou em Pedagogia, e foi orientado por AEJ em seu doutoramento, a respeito d’*A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos da Capitania de São Paulo*, defendida em 12 de novembro de 1943, perante a banca constituída por Roldão Lopes de Barros, Paul ArbousseBastide, Astrogildo Rodrigues de

¹¹ Cf. *Anuário da FFCL, 1939-1949*, 1953, 2v., p. 381-382.

Mello e João Cruz Costa, refere-se à seção. Depois de historiar a “origem” do trabalho em suas *Notas explicativas*, demonstrando os méritos do “Sr. Prof. Dr. Roldão Lopes de Barros”, que manifestou seu apoio quando este lhe sugeriu o programa de uma disciplina que veio a lhe direcionar para a feitura deste trabalho, José Quirino passava a se dirigir a AEJ, agradecendo-lhe por ter aceitado a empreitada, especialmente, de alguém que vem de outra área. E, que como mostrou na introdução, orientou-lhe trabalhos para poder fazer o painel histórico do período em que foi elaborada a memória de Martim Francisco, além de lhe circunstanciar como devia proceder em relação ao método. Daí todo o histórico que foi construído na primeira parte da pesquisa, para se chegar à análise da memória na segunda. E, nesse caso, não era meramente para se reconstituir o contexto, mas para poder proceder a “crítica interna” e a “crítica externa” da fonte. Como indica:

O manuscrito está sem data.

Pelo que se pode inferir da caligrafia, foi escrito pelo próprio Martim Francisco que nele se assina [...]. A peça está redigida no verso e reverso de 13 folhas de papel de formato carta, cerradamente, com letra miúda, bem legível e de tipo impressionantemente igual. [...]

Na correção que fizemos, à vista do original, atualizamos a ortografia e, porque não se trata mais de documento inédito, emendamos somente a redação e a pontuação.

[...]

A primeira dificuldade estava na necessidade de fazer uma revisão geral das idéias dominantes naquela época de tão grandes e profundas agitações do pensamento humano e a respeito dos vários aspectos que a “Memória” apresenta. [...]

A segunda dificuldade encontramos em localizar com alguma precisão, a procedência das idéias que Martim Francisco expendeu, para o que deveríamos conhecer-lhe as fontes de estudo e autores preferidos. [...]

A terceira dificuldade está no fato de a cópia, feita embora com todo cuidado, deixar sempre dúvidas (RIBEIRO, 1945, p. 73-74).

Aqui além de sintetizar um pouco das “regras do método” que fez uso para desenvolver o trabalho, indica-nos como AEJ, assim como na missiva de 1948 que foi analisada no início deste item, procedia com relação à orientação de seus trabalhos e de seus alunos. Evidentemente, apresentou-se mais o rastro de um percurso do que uma análise sistemática de como procedeu AEJ durante este período em seus textos e em suas avaliações.

As “regras do método” em Sérgio Buarque de Holanda

Em SBH, esse processo foi muito mais sutil. Não há nele, como vimos em AEJ, um conjunto sistemático de princípios que lhe serviam de guia para direcionar suas pesquisas, aos quais seriam acrescentados “novos”, ao longo de sua trajetória profissional. Há muito mais um movimento de crítica e diálogo intenso com diversos autores, particularmente, alemães e franceses, que lhe servia justamente para aprimorar procedimentos de investigação e não para deduzir, a partir deles, um conjunto de “regras do método” para serem seguidas (ROIZ, 2013).

Isso não quer dizer, evidentemente, que SBH deixasse de se preocupar com os procedimentos teóricos e metodológicos em suas pesquisas (GUSMÃO, 2012). Muito pelo contrário, chega a ser impactante sua vontade de inquirir caminhos a serem seguidos na pesquisa, na escrita, entre o processo de análise e interpretação das fontes, que se fazia por meio de um amplo diálogo com outros autores, e que podia ser percebido em seus artigos para a imprensa periódica, como em vários de seus livros (HOLANDA, 1936, 1959, 1996, 1996b, 2004, 2011a, 2011b). Muito embora tais apreciações fossem mais comuns em seus artigos de jornal, do que em sua obra histórica dos anos 1940, as quais SBH estava muito mais preocupado com a *forma* e a interpretação das fontes, do que na prescrição de métodos e procedimentos. Ao observarmos as missivas que recebeu, vê-se justamente a dificuldade de seus interlocutores em definirem o seu perfil teórico e metodológico. Apesar de não serem poucas as tentativas de assim o fazerem, como vemos na carta de Fernand Braudel:

Recebi, antes de minha saída de Paris, suas *Raízes do Brasil* em triunfante segunda edição e venho agradecer-lhe em verdade um pouco de atrasado, pois o fim de nosso ano letivo foi terrivelmente sobrecarregado. Aliás, há muito tempo que eu tinha vontade de lhe escrever, pelo menos desde a simpática visita de seu cunhado, para dizer que boa lembrança minha mulher e eu guardamos de sua acolhida e das horas encantadoras passadas em sua companhia e de Mme. Buarque de Holanda e de suas preocupações de historiador tão próximas as nossas. Seguindo suas indicações, procurei e encontrei os arquivos dos Schetz, mas não ainda os papéis referentes ao engenho dos Erasmos, os quais, se não estiveram em certas malas de documentos ainda não inventariados, correm o risco de ficar perdidos para a História. Em todo caso, eu lhe darei notícias do prosseguimento de minhas pesquisas¹².

Assim, Fernand Braudel responde a SBH, em 25 de julho de 1948. Na missiva, ao mesmo tempo em que agradecia o envio da segunda edição de *Raízes do Brasil*, Braudel procurava alinhar a trajetória e as concepções históricas de SBH, com a do movimento dos *Annales*, na França, que naquele período estava em franca expansão não apenas por aquele país, mas igualmente para outras regiões da Europa e do mundo (D'ALÉSSIO, 1994, 2011; ROIZ, SANTOS, 2012). Apesar da leitura favorável que então SBH procurava fazer do movimento no Brasil (HOLANDA, 2004), com a resenha de livros e a análise do desempenho de professores franceses na fundação do curso de *Geografia e História* da FFCL/USP, e no avanço das pesquisas históricas no país, nem por isso ele se limitava a essas referências em suas pesquisas, como veremos abaixo.

¹² Carta do Prof. Braudel a propósito da realização de um congresso internacional de história da colonização a Sérgio Buarque de Holanda, em 25 de julho de 1948, Paris. In: Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, 1991, p. XIX. O documento original em francês se encontra arquivado no Siarq/Unicamp, catalogado em Cp95 P7.

Ao ser publicada a segunda edição de *Raízes do Brasil*, em 1948, SBH retirou 20 exemplares de circulação, editados em papel *Bouffant* especial, além de serem assinados pelo autor – como, aliás, já havia feito na primeira edição da obra. Muito provavelmente, o exemplar que ele encaminhou para Braudel entre o final de maio e o início de junho daquele ano tenha sido um daqueles que foram tirados de circulação pelo autor. É bem provável que ele tenha feito isso com os outros exemplares que tirou de circulação, para presentear amigos, divulgar a obra, estabelecendo ainda mais relações com o círculo restrito do “mundo dos letrados” do Brasil e no exterior.

Em sua trajetória SBH foi construindo relações profissionais e amizades sólidas com vários letrados brasileiros e estrangeiros¹³. Seja permutando fontes, livros, cartões ou fotos, essa estratégia, vinculada nas missivas, contribuía para aproximá-los, além de estabelecer uma “rede de relações” e troca de informações, que favoreciam, entre outras coisas, o próprio desenvolvimento das pesquisas históricas que estavam fazendo – como nos indica a missiva de Braudel, que vimos acima, e a resposta de Taunay pelo envio do exemplar de *Monções*, em 1945, que veremos abaixo. Isso porque, em muitas ocasiões, além de verificar como estavam os amigos e suas respectivas famílias, SBH procurava formar diálogos sobre livros, tirar dúvidas sobre o local onde estavam sendo catalogadas determinadas fontes, e solicitar cópia de textos e documentos¹⁴.

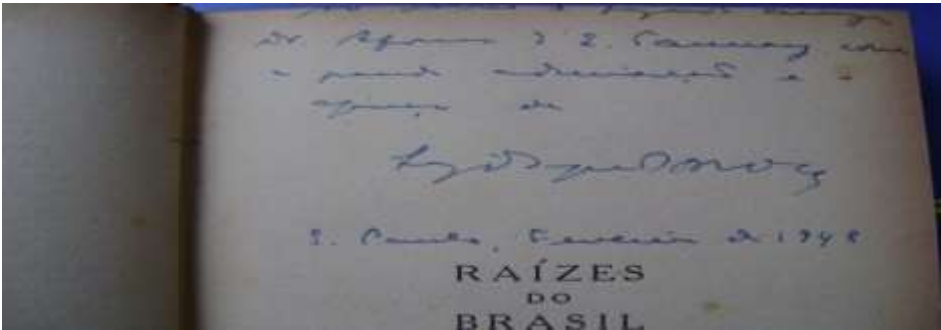
Pode-se conjecturar ainda, sobre essa questão, que tenha sido um dos exemplares que tirou de circulação em 1948, que foram encaminhados a Afonso de Taunay, a quem SBH havia substituído na diretoria do Museu Paulista no início de 1946 (FRANÇOZO, 2005, 2007; ROIZ, 2012),

¹³ Note-se que, com relação à segunda edição de *Raízes do Brasil*, SBH enviou exemplares para Donald Pierson, Fidelino Figueiredo, Luiz Viana Filho e Ezequiel Martinez Estrada, como podemos ver pelas respostas que estes lhe enviaram em suas missivas, respectivamente, de 19 de março, 22 de março, 25 de abril e 27 de setembro de 1948. Cf. Siarq/Unicamp, Cp 83 P7, Cp 85 P7, Cp 87 P7 e Cp 92 P7.

¹⁴ Como pode ser visto na carta que SBH enviou para José Honório Rodrigues em 3 de junho de 1962, e que lhe seria respondida em 2 de julho daquele ano (Cf. RODRIGUES, 2000, p. 282-284). Veja-se ainda sobre essa questão como SBH procedeu à criação do IEB/USP em 1962 (Cf. CALDEIRA, 2002).

fazendo-lhe a seguinte dedicatória: “Ao mestre e fazedor [de] amigos Dr. Afonso d’E. Taunay, com o pendor, admiração e o apreço de Sérgio Buarque de Holanda, S. Paulo, fevereiro de 1948”, tal como pode ser identificado na foto abaixo:

Foto 1: Autógrafo de Sérgio Buarque de Holanda na dedicatória para Afonso de Taunay na segunda edição de *Raízes do Brasil*, em fevereiro de 1948.



Fonte: Acervo pessoal.

Obs.: Quando o texto foi adquirido, em dezembro de 2009, não havia nele nenhum grifo ou anotação.

Não tivemos como identificar se SBH fez algum tipo de dedicatória ao exemplar que enviou para Braudel, mas, pelo teor da carta de Braudel a Sérgio é bem provável que este tenha feito, possivelmente, nos moldes da que fez para Taunay. Aliás, já em 1945, quando enviou um exemplar de seu livro *Monções* para Taunay, cujo teor da dedicatória não sabemos, mas muito provavelmente tenha sido nos mesmos moldes da que fez na segunda edição de *Raízes do Brasil* que o enviou, até em função da resposta de Taunay, agradecendo a remessa e a dedicatória, com as seguintes palavras:

Meu caro Dr. Sérgio;
Recebi o volume das *Monções* que teve a bondade de me mandar e a que a propósito a cordial e generosa dedicatória.

Parabéns pelo excelente volume que mais uma vez comprova o seu grande conhecimento de nossas cousas [...]¹⁵.

Assim, para compreendermos como ele foi desenvolvendo seus procedimentos de pesquisa e estabelecendo certas regras, ainda que provisórias e sempre em movimento com o modo que inquiria e interpretava as fontes e a História, nos leva a ter que pensar não somente sua produção, mas tentar cotejá-la com suas missivas, que como temos visto, foram dando certos indícios sobre o modo que SBH pensava e interpretava a história, e, nesse processo, escrevia seus textos e estabelecia amizades.

Holanda, ao contrário de AEJ, foi definindo toda uma estrutura analítica, com o objetivo de estabelecer de modo operacional, certas regras para praticar e usar o método histórico, com base na historiografia oitocentista europeia, a história econômica e a “história dos costumes” feita nas primeiras décadas do século passado no país de um modo mais fluido e dinâmico. Enquanto AEJ pareceu chegar aos anos 1940 com um edifício teórico e metodológico pronto para ser usado e praticado, como vimos acima, SBH estava mais preocupado em conhecer os debates nacionais e internacionais, inquirir as possibilidades de pesquisa e interpretação da sociedade paulista e brasileira, mas sem, contudo, fixar-se num modelo, ou dimensionar a estrutura de um edifício a prescrever certas “regras do método histórico” a serem, por ele, utilizadas em suas pesquisas.

Evidentemente, isso não quer dizer que SBH não estivesse preocupado com esta questão, mas tal como havia feito nos anos 1930 em seu livro de estreia, ao criticar todos os tipos de posicionamentos políticos, sejam os de esquerda ou os de direita, aptos a virem a se tornar imposições autoritárias e/ou ditatoriais (HOLANDA, 1936), é muito provável que ele tivesse a mesma preocupação, e estivesse sensível a essas questões, também com relação à escrita da história, como mostram muitos de seus textos jornalísticos escritos no período (HOLANDA, 1996a, 2004, 2011a). Do

¹⁵ *Carta de Afonso de Taunay para SBH, São Paulo, 23 de março de 1945. Siarq/Unicamp, Cp73 P6.*

mesmo modo que as posições político-partidárias limitavam as tomadas de posição e a formulação de autocríticas, igualmente, acreditava, que a fixação estável num modelo teórico e metodológico, ainda que operacional para pensar as sociedades do passado, também condicionava as mesmas limitações ao pesquisador (HOLANDA, 2011a).

Isso pode ser facilmente percebido entre as correções que o autor efetuou da primeira para a segunda edição de *Raízes do Brasil* (respectivamente 1936 e 1948). Em que, tudo indica, foi dando maiores indícios de comprovação documental em suas afirmações, expressivamente alargando a argumentação em sua narrativa histórica¹⁶, ao passo que as definições conceituais, os “tipos-ideais” (MONTEIRO, 1999), num jogo criativo de análise “dos contrários” e “dos contrastes” (CANDIDO, 1998) vividos no país, e seu imenso apoio sob a bibliografia alemã, especialmente, sobre a obra de Max Weber (MONTEIRO, 1999; PESAVENTO, 2005; MONTEIRO, EUGÊNIO, 2008; EUGÊNIO, 2011), pareciam ir se diluindo no texto, dando-lhe maior harmonia na narrativa, na mesma medida em que exprimia mais autonomia intelectual.

Apesar de Luís de Gusmão (2012, p. 173-338) acreditar que aquele foi o livro mais frágil escrito por SBH, em função de seus condicionamentos teóricos e metodológicos, deve-se notar que esse autor não fez tal análise comparando as diferentes edições de *Raízes do Brasil*, mas sim tendo como base a edição que se consolidou nos anos 1970, na qual SBH fez suas últimas alterações no texto¹⁷. De acordo com Gusmão, apesar de ser possível “inventariarmos trinta e duas explicações causais conteudísticas e atóricas” (GUSMÃO, 2012, p. 206) em *Raízes do Brasil* (por meio da análise da edição ora mencionada), esse texto, segundo indica, é “também o mais frágil, o menos convincente de sua historiografia” (GUSMÃO, 2012, p. 216). Além disso, o texto limita as explicações conteudísticas as suas premissas teóricas, pois:

¹⁶ Questão, aliás, que ele irá prosseguir na terceira, quarta e quinta edição do livro, respectivamente, de 1956, 1963 e 1969 (Cf. HOLANDA, 1956, 1963, 1984).

¹⁷ Mais especificamente, o autor se pautou na edição comemorativa dos 70 anos da primeira edição do livro, publicada em 2006 (HOLANDA, 2006).

Embora essa busca da exatidão vocabular esteja presente em apenas um único capítulo de *Raízes do Brasil* e não expresse, em verdade, um compromisso claro e inequívoco com qualquer teoria social particular, sendo antes motivada, sobretudo, pela preocupação em salvar do desmentido empírico uma das muitas conclusões dedutivas desse livro, ela revela, sem dúvida, uma crença tão otimista quanto ingênua, típica do interpretativismo teórico, nos poderes explicativos de um simples quadro conceitual (GUSMÃO, 2012, p. 229).

Por esse motivo, seu autor esperaria demais, extrairia “coisas demais dos conceitos utilizados, incorrendo assim no que vimos chamando de fetichismo do conceito, ilusão típica das investigações sociais de inspiração teoricista” (GUSMÃO, 2012, p. 230). Todavia, na medida em que SBH foi se afirmando como historiador nos anos 1940 e 1950, e, nesse processo, passava a dar maior importância às explicações de tipo conteudístico e ateuístico, é para Gusmão onde irá surgir o grande historiador e intérprete do país, como pode ser aferível em seus livros: *Caminhos e fronteiras* (de 1957), *Visão do paraíso* (de 1959), e, especialmente, em *Do Império à República* (de 1972). Nesse caso, poderíamos muito bem inquirir: em que medida as posições teórico-metodológicas de SBH seriam (ou não) expressas em sua produção jornalística do período? Que tipo de relações poderia ter entre seus livros, sua produção crítico-literária e suas missivas dos anos 1940 e 1950? Como ele estaria entendendo as “regras do método” e as praticando em suas pesquisas e em suas avaliações de outras pesquisas históricas?

Nesse sentido, procuraremos avaliar na continuidade deste item de que maneira SBH foi desenvolvendo seus procedimentos de pesquisa, de modo a agrupar certas regras ao (seu) método histórico e em suas práticas de pesquisa e análise das fontes, e como ele converteu essas experiências para avaliar outros trabalhos de história. Como já adiantamos, apesar de indicarmos “método histórico” seria muito mais preciso falar de “métodos” experimentados em suas pesquisas empíricas, nas quais o uso intensivo dos mais variados tipos de documentos, desde que questionados de modo

adequado pelo pesquisador, é que poderia assegurar e afiançar melhor os resultados de uma pesquisa.

Por outro lado, devemos notar que SBH não deixava de apreciar os fundamentos esboçados por Ranke, para se proceder a uma pesquisa histórica, apesar das restrições que lhe atribuía, assim como das críticas que via nele pela leitura que fazia das obras de Dilthey, Weber, Burckhardt, Meinecke, ou mesmo na obra de Nietzsche.¹⁸ Por sua vez, mesmo considerando a obra de Afonso de Taunay e o imenso respeito que SBH tinha por ele, parece-nos que, em função da leitura de Taunay sobre a história das bandeiras, este acabou por dar maior destaque à obra de Capistrano de Abreu.

Em seu texto: *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos* (de 1951), apesar de começar por notar que na “obra de Capistrano de Abreu, é certo que a erudição teria de predominar de modo absorvente sobre a especulação, e só por vias indiretas é possível determinar razoavelmente o que fosse o “pensamento” histórico nela representado” (HOLANDA, 2008, p. 601), esta não se fixaria nem no “fato bruto e o simples testemunho documental”, nem se limitaria a “lisonjear interesses, vaidades ou paixões da hora que passa”. Isso lhe garantia a preservação admirável a que sua obra se encontrava nas primeiras décadas do século XX. Sem contar que se “no princípio está o espírito”, nunca “em ciência alguma, a observação simplesmente passiva conduziu a resultados fecundos” (HOLANDA, 2008, p. 602). E nisso a obra de Capistrano de Abreu estaria cheia de exemplos, por saber questionar o passado, cotejando os documentos, com base nos problemas que o instigava a se voltar para o passado (e que SBH o aproximou de Marc Bloch neste texto). Além de os “aspectos mais nitidamente políticos e os que dependem de pura ação individual, dificilmente redutíveis a qualquer determinismo, cedem passo a outros”, em seus *Capítulos da história colonial*, “aparentemente humildes e rasteiros, que mal

¹⁸ Veja-se ainda os argumentos de: MONTEIRO, 1999; PESAVENTO, 2005; MONTEIRO, EUGÊNIO, 2008; EUGÊNIO, 2011.

encontram guarida na concepção tradicional da história” (HOLANDA, 2008). Para Fernando Novais, isso se explicava por que:

Partindo da avaliação crítica de Varnhagen, Capistrano desde logo percebeu o estágio incipiente de nossa historiografia, pois o levantamento documental não chegara ainda àquele ponto que permite o ensaio de síntese; mas, ao mesmo tempo, compreendia que a visão sintética é indispensável para orientar as prospecções tópicas (NOVAIS, 2005, p. 314).

Assim, a obra de Capistrano de Abreu formava, para Novais, uma ponte entre o primeiro momento de nossos estudos históricos, então centrados no IHGB, durante o século XIX, e a “terceira fase”, com nossa historiografia universitária, “evitando a solução de continuidade”, pois, “Capistrano encerra aquela fase, dando passagem para o que se poderia talvez chamar de historiografia brasileira moderna, a partir dos anos [19]30” (NOVAIS, 2005, p. 316), onde, aliás, começou a ser produzida a obra de SBH¹⁹.

Imerso neste contexto de produção, os textos de SBH do período estariam a questionar os usos que se faziam então dos documentos, quase sempre, meramente analisados de acordo com “críticas internas e externas”. O modo com que a maioria dos trabalhos se limitava a usar somente documentos de cunho oficial, para estabelecerem uma narrativa verdadeira sobre o passado, de modo a fazer da história uma “ciência”. Além de suas interpretações primarem apenas pela ação de certos indivíduos, como poderia ser apreciado na história que se escrevia então sobre as “bandeiras paulistas” (HOLANDA, 2004, 2011a, 2011b). Nesse aspecto poderíamos tentar sintetizar os pontos centrais de sua análise, mediante:

1. A crítica que fazia sobre o uso padronizado de análise dos documentos, sem que estes fossem coligidos e interpretados a partir de um problema, direcionador da pesquisa;

¹⁹ Sobre essa questão ver também a interessante análise de: PEREIRA, SANTOS, 2010.

2. Que o *corpus* documental se reduzia tão somente ao uso de documentos oficiais;

3. Que a abordagem se restringia, na maioria dos casos, em fazer um estudo dos condicionantes políticos de um dado contexto histórico;

4. Que sua apreciação se fazia por meio do estudo de uma parcela reduzidíssima da população do período, selecionada em função dos cargos que ocupava;

5. Que o estudo do passado se fazia mais para dar sentido ao presente, tomando o passado como uma tradição a se manter num outro período histórico, do que para mensurar as diferenças e mudanças de um momento para o outro.

Quando, de fato, devia-se levar também em consideração, no processo de pesquisa e na interpretação dos dados, que:

1. Muito embora a palavra de ordem fosse o conhecimento dos “fatos” e queiramos “saber como são realmente as coisas do mundo, e não como elas se refletem na retina de poetas esotéricos ou de simples parlapatões”, e sobre “tal exigência todo mundo tem clareza”, há que se reconhecer que “na prática as coisas ainda são muito diferentes” (HOLANDA, 2011a, p. 31);

2. Que, além disso, os “relatos de viajantes estrangeiros representam o elemento mais colorido com que conta o historiador para a evocação das épocas extintas”, porque eles “completam o quadro muitas vezes deficiente e apagado que proporcionam os arquivos, penetram desvãos escuros do passado e animam de uma vida nova figuras esmaecidas pelo tempo”, e sem “tal colaboração, muita peça documental [...] torna-se comparável a objetos de arqueologia, com sua linguagem mal articulada, que desafia a argúcia dos estudiosos e excita frequentemente a fantasia mais do que a observação serena e meticulosa” (HOLANDA, 2011a, p. 174);

3. Que “o verdadeiro historiador há de importar primeiramente o esforço para a boa inteligência da hora presente, se quiser entender o passado”, porque a “valorização sentimental do passado”, também poderia nos levar “a vê-lo com as cores da nossa nostalgia” (HOLANDA, 2011b, p. 19-20);

4. Quanto “à historiografia, não há dúvida que a demissão da inteligência, e direi também da imaginação – imaginação que escolhe, que simplifica, se necessário, e que recria –, associada a uma exaltação do fato puro e mensurável, pode significar em certos casos um regresso”, pois, bem “sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumulá-los no maior número possível, mas o que soube formular-lhe, a esses fatos, as perguntas realmente decisivas, dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível” (HOLANDA, 2011b, p. 23);

5. No caso dos historiadores, “contra os que antes acreditavam no valor final da documentação, ergue-se a seita dos que tendem a proscrevê-la em prol da simples especulação”, quando na verdade a “muitos destes não ocorreu pensar que, se os fatos materiais objetivamente averiguados, situados, datados, não formam a história, ou toda ela, formam entretanto um dos seus elementos” (HOLANDA, 2011b, p. 24);

6. Se a “constante referência de dados apurados e rigorosamente documentados sobre um período histórico às figuras que possam até certo ponto centralizá-las é, em verdade, um dos modos válidos e perfeitamente legítimos de se selecionarem e disciplinarem aqueles dados” (Idem, p. 28), não é, contudo, o único meio pelo qual a história, ou toda ela, pode e deve ser mesurada entre as análises;

7. Por sua vez, os “historiadores têm a aprender do espírito que preside atualmente o trato das ciências formais muito mais do que julgam os produtos de hipóteses em que a complexidade do passado é sujeita a uma simplificação enganadora”, porque a “desconfiança diante dos falsos conceitos é tão válida para o mister do historiador quanto o é para os modernos positivistas e fisicistas”, mas “essa mesma desconfiança há de afastá-los justamente da sedução dos padrões rígidos e absolutistas, que nos permitiriam não apenas compreender o passado, como prenunciar o futuro” (HOLANDA, 2011b, p. 87);

8. Atente-se ainda que a “História é por excelência o domínio do individual, do espontâneo, do concreto”, e estou “convicto de que a precisão nas disciplinas históricas só é verdadeiramente possível na medida em que se

abandone de todo a esperança falaz no valor daqueles padrões rígidos, que no século [XIX] podiam seduzir um Taine ou um Buckle, o que ainda neste século [XX] encantam os partidários de um Spengler ou de um Toynbee” (HOLANDA, 2011b, p. 88).

Com base nesses pontos é que devemos passar a analisar como SBH procurava avaliar outros trabalhos de pesquisa, nas bancas de julgamento de teses que ele participou durante os anos 1940 e início dos anos 1950²⁰. Como já adiantamos, ele participou de duas teses de cátedra e uma de livre-docência, a convite da seção técnica e administrativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ao participar das bancas de avaliação dos trabalhos de Alice Canabrava, em 1946, e de Eduardo d’Oliveira França, em 1951, para o caso dos concursos para cátedra, e no de Lourival Gomes Machado, em 1949, na de livre-docência, SBH se encontrava na diretoria do *Museu Paulista* (que ocupou entre 1946 e 1956). Apesar de os dados serem bastante restritos para fazermos uma apreciação sistemática do modo como SBH julgou os trabalhos no período, certamente ainda contamos com comentários que ele expressou na imprensa periódica, especialmente, sobre Alice Canabrava e sobre Lourival Gomes Machado (HOLANDA, 2011b). E é com base neles que passamos a elaborar o painel que se segue abaixo.

O concurso para a cátedra de *História da Civilização Americana*, que Alice participou, ocorreu entre 30 de junho e 7 de agosto, e teve como banca examinadora, além de SBH, Jorge Americano, Zeferino Vaz, Jayme Coelho e Eremildo Luiz Viana. Nele se inscreveram Alice Canabrava, com a tese *A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas, 1697-1755*, Odilon Araujo Grellet, com *A escravidão na América Espanhola*, e Astrogildo Rodrigues de Mello, com *Os serviços pessoais nas fainas agrícolas em Nova Espanha*, que, aliás, era o professor interino da cadeira (com o retorno de Paul Vanorden Schaw para os Estados Unidos), e numa decisão polêmica da

²⁰Seria também durante este período, que SBH aprofundaria suas leituras das obras de Ernst R. Curtius, Benedetto Croce, Erich Auerbach e LucienFebvre, e que lhe serviriam depois na confecção de *Visão do Paraíso*, nos anos iniciais da década de 1950 (Cf. NICODEMO, 2008).

congregação, apesar de Alice ter conseguido as notas mais altas, estas não definiam a ordem de classificação, e, por isso, acabou sendo preterida (ARRUDA, 2011; ROIZ, 2012). Em pelo menos três artigos que temos conhecimento, todos dos anos 1950, SBH veio a comentar a obra de Alice: em *Sobre o Colloquium*, que foi publicado em 12 de novembro de 1950 no *Diário Carioca*, em *História econômica*, publicado no mesmo jornal em 24 de agosto de 1952, e em *Portugueses na América*, publicado em 9 de maio de 1959 no jornal *O Estado de S. Paulo*.

No primeiro deles, SBH faz menção à obra de Alice, ao compará-la com a do historiador britânico Charles Boxer (1904-2000). Para ele, a “essa investigação, por assim dizer, “extensiva” que nos propõe o professor Boxer, caberia associar a investigação em profundidade sugerida por Alice P. Canabrava da USP” (HOLANDA, 2011b, p. 55). Note-se que neste período SBH já começava a estreitar mais suas relações com os historiadores britânicos, portugueses e norte-americanos, chegando a convidar Boxer para alguns projetos, como o de escrever sobre os Holandeses no Brasil, ao qual este acabou não podendo. Ao passo que Boxer, por sua vez, fazia votos de que pudesse reencontrá-lo no IV Colóquio Luso-Brasileiro que iria ocorrer na Bahia²¹. E a comparação que fazia de sua obra, com a de Alice Canabrava não era fortuita. Como podemos ver com maior precisão no artigo seguinte, quando SBH dirá que só “recentemente o nome de um dos mais notáveis pesquisadores de nossa história econômica – o de Alice Piffer Canabrava – começou a destacar-se do círculo ainda limitado de seus colegas e discípulos”, por que:

O fato prende-se apenas em parte à especialização que escolheu e a que se entregou com devotamento bastante raro, mesmo entre os oficiais do seu mesmo ofício: ofício onde a exigência de rigor metódico, de obstinação no trabalho, paciência, prudência, é paga normalmente com o sacrifício de toda popularidade fácil. Pois o certo é que a historiadora paulista [então catedrática na Faculdade de

²¹ *Carta de Charles Boxer a SBH, 5 de novembro de 1957. Siarq/Unicamp, CP209 P9. Carta de Charles Boxer a SBH, 2 de dezembro de 1957. Siarq/Unicamp, CP210 P9*

Economia e Administração da USP] nada fez e, em realidade, nada quis fazer, até hoje, para superar essas contingências de sua especialização. O público que a acompanha desde os seus primeiros trabalhos publicados foi ela própria, em verdade, quem o escolheu. E o outro, mais numeroso e variado, que só nos últimos tempos tem ganho, bem se pode dizer que o ganhou involuntariamente e quase a seu pesar (HOLANDA, 2011b, p. 226).

Assim, SBH buscava apresentar a obra de Alice Canabrava para o grande público, procurando comentar seus principais textos (HOLANDA, 2011b, p. 226-232). Como indica:

No caso particular de Alice Canabrava esse realce não há de provir, como em alguns outros, da simples curiosidade erudita da autora ou da sua alta capacidade de trabalho e pesquisa. À documentação generosa e à meticulosa elaboração que se denuncia em cada uma de suas páginas soma-se nela um elemento que as valoriza singularmente: o gosto constante de desbravar caminhos novos, vencendo, por vezes, as maiores dificuldades, e ainda a aptidão para transcender, através de sínteses estimulantes, esse domínio do fato bruto, que para o historiador positivista e até hoje para certa historiografia oficial, representa não só o ponto de partida mas também o fim supremo de toda investigação do passado. De modo que seus estudos tendem a inscrever-se, apenas publicados, entre as obras de consulta inevitável sobre o tema abordado. [...] [e] Contrariando a tendência tão generalizada entre nós para encarar o influxo luso-brasileiro, sobre as regiões platinas, unicamente do ângulo das campanhas militares ou das relações políticas e diplomáticas, essa obra de estreante [*O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, que foi sua tese de doutorado, defendida em 1942] já é, pela sua originalidade e segurança, uma obra de mestre (HOLANDA, 2011b, p. 227).

Disso resultaria que, não seria surpresa, nem exagero, a admiração que ela já vinha alcançando, e é “característica a admiração e surpresa que pôde merecer de historiadores tão autorizados como o norte-americano Lewis Hanke, por exemplo, ou o professor Boxer, da Universidade de Londres, ou ainda um Fernand Braudel, do Collège de France” (HOLANDA, 2011b, p. 229), e que, como vimos acima, também faziam parte do círculo de amizades e intercâmbios profissionais de SBH.²² Após fazer um balanço sobre a produção de Alice Canabrava, SBH conclui sua avaliação dizendo que:

Se os modernos estudos de História Econômica, tais como entre nós, vem praticando especialmente Alice Canabrava, podem ser responsabilizados até certo ponto pela renúncia às vastas sínteses em proveito de trabalhos monográficos, ninguém negará que tendem a oferecer, por outro lado, algumas vantagens claras. Entre elas a de contribuir para desfazer as ilusões raciais, políticas ou nacionais que por tanto tempo vêm perseguindo certos espíritos (HOLANDA, 2011b, p. 231).

No artigo seguinte, novamente comenta trabalhos de Boxer e Alice, não com o objetivo de compará-los desta vez, mas com a meta de lhes citar como subsídios para tratar dos *Portugueses na América*. Com relação a Lourival Gomes Machado, SBH faria parte da banca examinadora composta também pelos professores Charles Morazé, Fernando de Azevedo, Hildebrando Leal e Vicente Rao, que se reuniram entre os dias 24 e 29 de outubro de 1949, para avaliar o trabalho *O ‘Tratado de Direito Natural’ de Tomaz Antônio Gonzaga (Anuário, 1939-1949, 1953, 2v.)*. Da mesma forma que no caso anterior, os dados também se apresentavam aqui de forma muito irregulares, não nos permitindo nenhum tipo de sistematização segura.

²² Note-se ainda que neste círculo também estava o historiador Lewis Hanke, que no início dos anos 1960 expediu para SBH uma dissertação, sobre sua direção, pedindo-lhe a gentileza de fazer comentários sobre o texto. *Carta de Lewis Hanke a SBH, New York, 28 de dezembro de 1961*. Siarq/Unicamp, CP237 P9. Mas que, desde os anos 1940, vinha estreitando relações profissionais com SBH (Cf. NICODEMO, 2012).

Mesmo os comentários que SBH fez sobre a obra de Lourival Gomes Machado, em *O senso do passado*, publicado no *Diário Carioca* de 13 de julho de 1952, são bem mais sutis, do que o que nos forneceu sobre Alice Canabrava. Ao destacar sua surpresa pelo convite de proferir uma conferência no Clube dos Artistas e Amigos da Arte, sobre a história do barroco no Brasil, SBH revelou que a “notícia colheu-me de todo desprevenido e sem preparo para abordar um tema de que o verdadeiro conferencista, professor Lourival Gomes Machado, vos entreterá com sua constante e segura competência” (HOLANDA, 2011b, p. 216). Certamente, a esse quadro poderia vir a se completar com a análise que SBH fez do trabalho de Eduardo d’Oliveira França, que em 1951 participou do concurso para a cátedra de *História da Civilização Moderna e Contemporânea*, e que este depois participaria da banca do concurso para a cátedra de *História da Civilização Brasileira*, na qual SBH viria a concorrer e, depois, a se tornar catedrático, com sua aprovação no concurso, em 1958. Mas, como deste ponto já se pode contar com a análise que Thiago Nicodemo (2008, p. 103-112; 136-151) fez da questão, não há razão para voltarmos a isso. Apenas acrescentaríamos que o quadro indicado por esse autor corrobora com os apontamentos feitos até aqui.

Desse modo, vimos procurando esboçar neste item como SBH refletiu as “regras do método histórico”, e como ele avaliava outros trabalhos de pesquisa. Ao adentrarmos nessa questão foi possível observar como SBH começava a firmar contatos entre os historiadores brasileiros e estrangeiros, a partir dos anos 1940, mediante o envio de exemplares de seus livros, com a troca de textos e comentários de obras e documentos, e, nesse processo, foi criando uma “rede de relações” entre os profissionais da área em particular, e das Ciências Humanas em geral.

Considerações finais

Ao verificarmos as escolhas teórico-metodológicas de AEJ e de SBH, vimos como ambos se aproximaram de certos autores e não de outros, para cercarem suas investigações históricas. Na medida em que AEJ foi se

pautando nas premissas de Fustel de Coulanges e nas orientações de Afonso de Taunay para escrever a história das bandeiras paulistas e do café, este tentou ao mesmo tempo ir aprimorando suas técnicas de pesquisa, seus conceitos e suas teorias. Enquanto, SBH, apesar de suas críticas diante da historiografia oitocentista e da obra de Ranke, nem por isso as deixaria de lado para compor seus questionamentos sobre o passado, embasar seus estudos e suas análises da documentação. Do mesmo modo, apesar de não deixar de manter certo débito diante de Afonso de Taunay e sua obra gigantesca, SBH parecia se aproximar mais de Capistrano de Abreu, cuja obra crítica que deixou sobre a história do Brasil, dava-lhe, nos anos iniciais da década de 1950 (HOLANDA, 2008), mais subsídios para tê-lo como um verdadeiro mestre no campo dos estudos históricos (NOVAIS, 2005). E, especialmente depois de 1956, quando assumiu interinamente (e, após 1958, como catedrático) a cadeira de *História da Civilização Brasileira* do curso de História da FFCL/USP.

Referências

- ARRUDA, J. J. A. Alice Canabrava: história e mito. In: CANABRAVA, A. P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2ª Edição. São Paulo: Edusp, 2011, p. 9-70.
- ABUD, K. *O sangue intímorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1985.
- ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BOUDIEU, P. *Homo Academicus*. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2011.
- CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002, p. 65-122.
- D'ALÉSSIO, M. M. *Reflexões sobre o saber histórico. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Edunesp, 1999.

- _____. *História e historiografia: inquietações em torno do conhecimento histórico*. Tese de livre-docência em História, UNIFESP, 2011.
- DIAS, M. O. L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: _____. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, p. 7-64.
- _____. *O fardo do homem branco*: Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.
- ELLIS Jr., A. *A nossa guerra. Estudo de synthese critica político-militar*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Piratininga S. A., 1933 (1ª Edição de 1932).
- _____. *Confederação ou separação*. 3ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Editorial Paulista, 1934a (1ª Edição de 1932).
- _____. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934b.
- _____. *Populações Paulistas*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1934c.
- _____. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936a.
- _____. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- _____. *Meio século de bandeirismo (1590-1640)*. São Paulo: FFCL/USP, 1939 (Boletim IX, n. 1, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).
- _____. *Meio século de bandeirantismo*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.
- EUGÊNIO, J. K. *Ritmo espontâneo – organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora João Kennedy, 2011.
- FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FERREIRA, M. M. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- FRANÇOZO, M. O Museu Paulista e a história da antropologia no Brasil entre 1946 e 1956. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 2, 2005,

- _____. Os outros alemães de Sérgio. Etnografia e povos indígenas em *Caminhos e Fronteiras*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, p. 585-612, 2007.
- FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- GALVÃO, W. N. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Estudos Avançados*; vol.15, n.º. 42, p. 471-486, 2001.
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Eduardo Brandão e Rose Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLEZER, R. (org.) *Do passado ao futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GLEZER, R. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. São Paulo, 1976. Tese de doutorado em História, FFLCH\USP.
- GOMES, A. C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- GUSMÃO, L. Notas epistemológicas sobre Sérgio Buarque de Holanda historiador. In: Idem. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 173-338.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 1ª ed. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. *Raízes do Brasil*. 2ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.
- _____. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 412p.

- _____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Organização, introdução e notas de Antônio A. Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, v. 1.
- _____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária II (1948-1959)*. Organização, introdução e notas de Antônio A. Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, v. 2.
- _____. *Para uma nova história*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. *Escritos coligidos, 1920-1949*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011a.
- _____. *Escritos coligidos, 1950-1979*. Organização de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Editora UNESP, 2011b.
- _____. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos (1951). In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/SP: Ed. Unicamp; UERJ, 2008, p. 601-616.
- JANOTTI, M. L. M. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. SP: Ática, 1977.
- LAPA, J. R. A. *Historiografia brasileira contemporânea. A história em questão*. 2ª ed. Petrópolis/São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. *História e historiografia: Brasil pós 64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- MASSI, F. P. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Campinas, 1991. Dissertação de mestrado em História, IFCH/UNICAMP, Campinas.
- MONTEIRO, J. M. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, 1994, p. 79-88.
- MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/SP: Ed. Unicamp; UERJ, 2008.
- MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas/SP: Unicamp, 1999.
- NICODEMO, T. L. *Urdidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.

- _____. *Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado em História; FFLCH/USP, 2011.
- _____. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil, 1930-1960. In: MARRAS, S. (org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 109-132.
- NOVAIS, F. *Aproximações: estudos de história e de historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- PEREIRA, M. H. F.; SANTOS, P. A. C. Odisséias do conceito moderno de história: *Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen*, de Capistrano de Abreu, e *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos*, de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 50, p. 27-78, 2010.
- PESAVENTO, S. J. (org.) *Um historiador nas fronteiras: a obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2005.
- ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2012.
- _____. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”*: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese de doutorado em História, UFPR, 2013.
- RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- WEGNER, R. *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.